

CPI apura divergência em verbas da educação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a aplicação de recursos da emenda Calmon na educação, deputado Hermes Zanetti, quer saber qual é o real valor da dotação que o Ministério da Educação repassa para o ensino, uma vez que os próprios números do MEC são diferentes e muitas vezes se confrontam. Com relação ao ensino superior, o presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto, apresentou ontem à CPI dois documentos, ambos preparados pelo MEC, com uma diferença de Cz\$ 11 bilhões entre um e outro na destinação de verbas repassadas no ano passado. "Há confrontos de números, subestimação de orçamentos, números mal explicados, que teremos que investigar", diz Zanetti.

Para Zanetti, o próximo depoimento, do presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), Ricardo Santiago, deverá ser o mais importante até o momento. "O relatório do Ipea sobre educação, divulgado no ano passado, afirma que o governo não vem aplicando totalmente os recursos

da emenda Calmon, em sua página 24. Essa informação se confronta com todos os depoimentos até agora. Estamos curiosos para saber por que o governo, através do Ipea, está dizendo que o governo não cumpre uma determinação legal", diz Zanetti. O Ipea é ligado ao Ministério do Planejamento. A lei Calmon obriga a destinação de 13% da arrecadação federal e 25% da arrecadação dos Estados e municípios para a educação.

O deputado Zanetti já tem uma pista sobre o que possa significar a não destinação dos recursos totais da emenda Calmon. As verbas são destinadas em cruzados e a cada mês ocorre desvalorização. Dessa forma, um determinado valor decidido no início do ano pode significar, naquele momento, os 13% da arrecadação. Se esse valor, entretanto, demora vários meses para ser repassado, seu valor real diminuirá e o percentual já não será mais o mesmo.

DESINFORMAÇÃO

Como órgão de acompanhamento dos programas de governo, o Ipea poderá ainda auxiliar na compreensão dos vários números diferentes que existem para as mesmas destinações. De acordo com os depoimentos já tomados, de Newton

Lima Neto e do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Rodolfo Pinto da Luz, há números conflitantes. A destinação para o ensino superior, de acordo com um documento da secretaria-geral, foi em 87 de Cz\$ 89,9 bilhões. Já de acordo com um documento da secretaria de ensino superior do MEC, teriam sido 79 bilhões para as instituições de ensino superior. Existem Cz\$ 10,9 bilhões de diferença. Esta poderia estar na destinação para as instituições particulares de ensino superior. Mas esse valor, segundo informações também do MEC, foi de Cz\$ 1,5 bilhão. Persiste uma diferença de Cz\$ 9,4 bilhões.

Há mais números contraditórios. Para o pagamento no ano passado de pessoal nas escolas de terceiro grau, o governo dispõe de três números diferentes: dois do MEC e um da Seplan. De acordo com a secretaria-geral, teriam sido Cz\$ 70 bilhões. Para a secretaria de ensino superior, Cz\$ 68 bilhões. Para o Ministério do Planejamento, Cz\$ 63 bilhões. Quanto à destinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para município em 86, há também uma diferença de Cz\$ 500 milhões entre dados do MEC e do Ministério do Planejamento.